

GLOBALIZAÇÃO: UM ROTEIRO EM FORMA DE CRONOLOGIA

Luís Moita

Será certamente ousadia abordar, num texto de homenagem ao Professor Amado da Silva, um tema em que ele é especialista. Em muitos dos nossos encontros ao longo de bastantes anos, de uma maneira ou de outra, irrompia a ideia de globalização que ele tratava com o entusiasmo que o caracteriza, sempre com uma análise penetrante e mesmo original. Sendo ele economista e trabalhando eu na área das relações internacionais, facilmente se compreende que os nossos interesses convergiam para esse assunto, embora o nosso enfoque nem sempre coincidisse.

Uma boa parte dos economistas tende a falar de duas globalizações, uma primeira que se verificou nas décadas finais do séc. XIX e as primeiras do séc. XX, uma segunda que se manifesta na actualidade.

Tal ponto de vista é certamente defensável e tem a seu favor um grande número de argumentos. Nesse período da história o mundo era a um tempo europeu e imperial. Antes de mais europeu por razões de ordem demográfica: o potencial das sociedades europeias de então tornou possível um movimento migratório multitudinário que levou ao povoamento de vastíssimas zonas, como a generalidade do continente americano, importantes regiões do norte e sul de África, até às longínquas Austrália e Nova Zelândia, sem esquecer o povoamento eslavo ao longo de toda a Sibéria até Vladivostok no Pacífico. Além desta maciça presença demográfica, a Europa dominava quase por inteiro dois continentes, o africano e o asiático, seja sob a forma imperial de ocupação colonial directa, seja no modo mais suave de dominação semi-colonial, como ocorria em países formalmente independentes, desde a Libéria e a Etiópia até à Pérsia e à China. Só o arquipélago japonês escapava razoavelmente a este domínio europeu.

É bem sabido como neste tempo se assistiu a um impressionante desenvolvimento dos transportes, sobretudo depois da invenção da máquina a vapor, rapidamente aplicada ao transporte marítimo e ferroviário. Os grandes navios passaram a sulcar os oceanos e, em terra, o comboio fazia as vezes de novas caravelas, atravessando continentes inteiros. Os geógrafos desse período, como o grande Halford Mackinder, ficaram

impressionados com a importância da ferrovia, prevendo que dela resultariam profundas mutações geopolíticas.

Bastava assim a combinação destes factores – o domínio demográfico e imperial e a facilitação dos meios de transporte – para que progredisse exponencialmente o comércio internacional. Essa multiplicação das trocas mundiais representa aquela que é porventura a mais determinante característica da fase em apreço, de tal maneira que as guerras que os “ocidentais” travaram na China – as guerras do ópio e a guerra dos boxers – foram motivadas pela ambição de controlar o comércio, num país que era um vasto mercado de penetração recalcitrante, e cujo território ficou então repartido em “zonas de influência”. A par desta intensidade comercial, a volumosa exportação de capitais, ora em investimentos, ora em empréstimos, completava o quadro de uma expansão económica tentacular nesse mundo europeu e imperial.

Como se vê, há seguramente motivos para se falar de uma primeira globalização na segunda metade do século XIX e princípios do século XX. Por alguma razão, porém, essa expressão não era utilizada. Se, há cerca de trinta anos, criámos um neologismo – justamente “globalização” ou “mundialização” – é provável que o uso da palavra se impusesse para designar uma realidade substancialmente nova. Com efeito, a paisagem mundial alterou-se de maneira radical na transição dos anos ’70 para os anos ’90, de tal modo que então, sim, poderemos falar de globalização.

É verdade que já nas décadas anteriores o termo “global” aparecia associado à ideia de novas realidades. Foi assim que nos anos ’60, o canadiano Marshall McLuhan antecipava o que já então se podia adivinhar e que ele cunhou na célebre expressão “aldeia global”, como se no mundo, unificado pela “tecnologia eléctrica”, recuperássemos as relações e proximidade à escala da aldeia. Mas logo na década seguinte Zbigniew Brzezinski propunha substituir essa expressão por uma outra – “cidade global” – mais apropriada às verdadeiras características da “civilização tecnocrónica”, essencialmente urbana, habitada por multidões cosmopolitas.

Estas antevisões visionárias foram confirmadas pelo desenrolar dos acontecimentos. Pouco tempo depois, a configuração internacional haveria de se caracterizar pela “globalidade”, no sentido em que as sociedades seriam, para o bem e para o mal,

atravessadas por uma dinâmica de crescente interdependência. Tal dinâmica constitui rigorosamente um processo onde interagem um conjunto de factores que pouco a pouco poderemos identificar, um processo não estático mas evolutivo e, sobretudo, multidimensional. A globalização é o resultado do cruzamento de diversas variáveis que se manifestam em graus desiguais na generalidade das sociedades contemporâneas.

Trata-se agora de ensaiar uma análise das múltiplas dimensões do processo em causa. Para o fazer, vou tentar seguir um roteiro cronológico, mostrando como, em torno de determinadas datas-chave, se geraram os dinamismos que dão consistência à globalização. Ensaiei assim uma espécie de crónica pontuada pelos factos determinantes, na esperança que desse relato surjam os filamentos que vão tecer a teia que nos envolve.

1979

De há muito penso que o ano de 1979 foi daqueles onde mais profundas alterações se verificaram na situação internacional. Basta ver que a Eurásia assiste a acontecimentos de envergadura, com profundas implicações nas décadas seguintes. Pela primeira vez o exército soviético tem uma intervenção militar fora do bloco, ao invadir o Afeganistão, onde haveria de enfrentar a oposição dos mujahidin e donde haveria de retirar dez anos depois reconhecendo a inutilidade perniciosa da iniciativa. A agressividade da posição da URSS nessa altura manifesta-se também na modernização do arsenal nuclear, provocando a reacção da NATO e abrindo no espaço europeu a crise dos euromísseis, em plena escalada armamentista. No mesmo ano colapsa o império iraniano, não pela violência armada mas por uma revolução conduzida por um líder religioso – o ayatollah Khomeini – que implanta no país a república teocrática, desencadeando pouco depois a crise dos reféns norte-americanos. No outro hemisfério, a ocidente, tem lugar aquela que será porventura a última guerra de libertação armada vitoriosa, a revolução sandinista na Nicarágua, terminando um ciclo de rebeliões populares que tiveram êxito libertador e atingiram o poder pela força das armas: a revolução chinesa em 1949, a do Vietname contra a França em 1954, a revolução cubana em 1959, a argelina em 1962, mais tarde – em 1973-75 – as lutas da

Guiné-Bissau, Moçambique e Angola e do mesmo Vietname agora contra os Estados Unidos; em boa verdade, depois da Nicarágua mais nenhum episódio destes se verificou.

Esta assinalável turbulência internacional serviu de pano de fundo a um acontecimento de grande influência: a eleição de Margaret Thatcher para governar o Reino Unido, em 1979. Com ela se concretiza a ascensão ao poder de uma nova linha política que dominaria o pensamento e a prática governativa durante largos anos e que se convencionou designar neo-liberalismo. No ano seguinte, a eleição de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos confirmaria e reforçaria a vitória desta linha, deitando por terra anos e anos de keynesianismo e inaugurando um travejamento assente em quatro pilares bem conhecidos: a liberalização das trocas comerciais, a privatização da propriedade do sector público, a flexibilização das relações de trabalho e a desregulamentação de muitas normas estabelecidas. Não creio que seja possível interpretar o fenómeno da globalização sem ter em conta esta dimensão fundamental, de natureza político-ideológica, que assinalou claramente o período histórico seguinte. A globalização como a conhecemos é incompreensível sem a prevalência do neo-liberalismo, o que não significa que aquela se desmorone quando este passar de moda...

É verdade que já no início dos anos '70 ocorreram momentos fortes que caminhavam nesta direcção. Logo em 1971 o presidente Nixon chama Pompidou aos Açores para o informar do fim da paridade fixa do dólar, fazendo abalar o edifício de Bretton Woods, o mesmo Nixon que no ano seguinte se encontra com Mao Tsé Tung em Pequim, inaugurando com esse gesto aquela que será uma das mais fortes componentes dos novos arranjos mundiais: a abertura dos Estados Unidos à China continental, aproveitando a brecha aberta pela dissidência sino-soviética e atraindo para o sistema internacional o gigante comunista. E no nosso ano de referência que é 1979, Den Xiaoping é o primeiro líder chinês a visitar oficialmente os Estados Unidos, um ano depois de substituir Mao e de decretar as célebres Quatro Modernizações.

Ainda nesta década de '70 dois outros eventos simbólicos merecem ser recordados pelo impacto que têm nas percepções e nas práticas a caminho da globalização. Em

1972, a Cimeira de Estocolmo representa o primeiro grande momento da consciência colectiva acerca da questão ambiental e é bem sabido que este dado é dos que têm maior responsabilidade na apreensão da espécie humana como um todo, habitando um mesmo planeta em risco, com a obrigatoriedade de salvaguardar os equilíbrios do ecossistema. Em 1976, por sua vez, são firmados os acordos da Jamaica, pelos quais as várias moedas passam a ser convertíveis entre si, flutuando livremente o seu curso nos mercados sem a anterior necessária referência ao ouro e ao dólar; depois do já referido fim da paridade fixa do dólar, esta nova medida vai facilitar o incremento das trocas internacionais, permitindo uma nova fase na mobilidade dos capitais, acentuada pela sequência de medidas de vários países – Estados Unidos, Reino Unido, países escandinavos, Japão... – no sentido de se abrirem aos fluxos de capital; assim se vão dando passos em direcção ao predomínio do sistema financeiro, que será um dos vectores fundamentais da globalização.

1983

Tomemos esta nova data como outro ano de transições particularmente visíveis para o nosso tema. Foi o ano em que se descobriu o vírus do HIV-SIDA. Não se estranhe aqui esta referência, porquanto a percepção da existência de uma doença, supostamente incurável e fatal, a proliferar sem fronteiras e a constituir-se como pandemia, adensa sem dúvida a noção de interdependência para o conjunto das nossas sociedades. A par das ameaças ambientais, a ameaça das pandemias contribui poderosamente para a “sociedade de risco”, tema querido ao sociólogo alemão recentemente falecido Ulrich Beck, para quem a vulnerabilidade dos nossos tempos é acrescida pelas ameaças de comportamentos humanos e não apenas pelos riscos provindos da natureza. Também estes factores são dimensões da globalização.

Curiosamente, neste mesmo ano de 1983, é publicado um texto que muitos analistas consideram um marco simbólico do processo de globalização. Trata-se do artigo de Theodore Levitt, editado pela *Harvard Business Review*, intitulado *Globalization of Markets* (1 de Maio de 1983); dirigido aos gestores de empresas, a ideia transmitida é particularmente clara: doravante o horizonte para a produção de bens e serviços é o mercado mundializado. Depois da “aldeia global” e da “cidade global” vem esta nova

metáfora do “mercado global”. Parece que se concretiza o sonho de Adam Smith da república universal mercantil! Não se pense que esta mundialização da economia leva à mera uniformização da produção ou tem como resultado a standardização dos objectos. Pelo contrário, a abertura ao mercado mundial é compatível, ou mesmo exige, a diferenciação regional, de acordo com a variedade de preferências dos consumidores.

Todavia, se há facto que assinala o ano de 1983 como momento alto do processo de globalização é a entrada em vigor do protocolo da internet, mais concretamente o NCP (*network control protocol*), e o TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*). Com isto se punha termo ao carácter reservado da ARPA Net, estabelecida pelo Pentágono para assegurar a rede das comunicações militares norte-americanas, mas sobretudo se inaugurava uma nova era, não apenas nas telecomunicações, como também nos estilos de vida, nas mensagens culturais literalmente mundializadas e na progressão de conhecimentos a uma escala e com um intensidade insuspeitadas.

Aceitemos a internet como símbolo da mutação sócio-tecnológica ocorrida neste período, sem a qual não haveria globalização tal como a conhecemos. Digo bem “sócio-tecnológica” para que não se pense que há uma irrupção mecânica das tecnologias nas nossas vidas e que, vindas não se sabe de onde, determinam as condutas sociais. Pelo contrário, as tecnologias são socialmente marcadas, são produzidas pelos indivíduos que compõem determinada sociedade, correspondem a tomadas de decisão humanas num contexto histórico concreto. Certamente que, ao existirem, elas influenciam expressivamente as nossas capacidades e os nossos hábitos, havendo então uma circularidade entre as esferas tecnológica e social.

Esta verdadeira mutação praticada pela internet é um episódio emblemático da transição para a sociedade informacional. Aprendemos esta última expressão com Manuel Castells e só é de estranhar que o termo não se tenha popularizado como se poderia esperar. Alguns preferem os termos “sociedade pós-industrial”, mas o sociólogo catalão adverte que a sociedade do futuro será hiper-industrializada e que, com mais propriedade, se deve falar de sociedade informacional, à maneira de réplica à consagrada designação de “sociedade industrial”. Mas trata-se agora de algo

essencialmente determinado pela informação, daí as expressões correntes de “sociedade da informação” ou, como alguns preferem talvez mais correctamente, “sociedade do conhecimento”. A pertinência da expressão “sociedade informacional” vem do facto de ter crescido exponencialmente a nossa capacidade de produzir, processar, armazenar e transmitir informação. O processamento dos dados tem passado por inovações difíceis de imaginar, enquanto o seu armazenamento em memória atinge quantidades crescentemente poderosas; quanto à transmissão, os sistemas de satélites, a difusão por rádio e a expansão da fibra óptica provocaram melhorias surpreendentes e qualitativamente diferentes nas telecomunicações.

Este fluxo informacional, porém, tem outra característica de primeira grandeza: os sistemas de informação agem e repercutem-se directamente no processo produtivo, tanto no antigo tear mecânico como na moderníssima linha de montagem de automóveis ou no que desde já se adivinha no campo da robótica. Em última análise, é esta interacção entre informação e processo produtivo que legitima a expressão “sociedade informacional”, por analogia com a anterior “sociedade industrial”, além de que proliferam as chamadas “redes sociais”, verdadeiras plataformas mundializadas de comunicação sem fronteiras.

Semelhante revolução sócio-tecnológica soma-se ao desenvolvimento dos transportes para completar o quadro da mobilidade contemporânea. A redução dos custos e dos tempos dos transportes e das telecomunicações veio permitir dimensões cruciais da globalização, com reflexos em movimentos populacionais de envergadura, nas migrações, no turismo, na internacionalização dos negócios, na transmissão de mensagens de toda a espécie e assim por diante.

1985

No tempo em apreço, as notícias e as imagens pungentes da fome na Etiópia preenchem a actualidade, como se aí se concentrasse a miséria de continentes inteiros. O sobressalto provocado por esse drama levou o irlandês Bob Geldof a promover, em 1985, um concerto que acabou por se revestir de características especiais: dezenas de milhares de pessoas juntam-se no estádio de Wembley em Londres, enquanto outras tantas se reúnem em Filadélfia, ao mesmo tempo que

espectáculos idênticos têm lugar na Rússia, na Austrália e no Japão, em torno do tema *Live Aid*. Satélites e cadeias de televisão transmitem o concerto para todo o mundo, com milhões e milhões de pessoas a ouvirem os maiores cantores mundiais a actuar em nome da solidariedade. É certo que a música é uma linguagem universal, mas poucas vezes na história um acontecimento cultural teve tanto impacto mediático e tanta audiência simultânea, comprovando que também há uma globalização da cultura.

A respeito deste ano de 1985, devo ao Doutor José Manuel Félix Ribeiro uma referência que importa citar neste momento. Na sua tese de Doutoramento em Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, em 2012, intitulada *Os Estados Unidos da América, a globalização e o “Mundo do Pacífico” 1979-2009*, ele assinala enfaticamente esta data, dizendo mesmo que 1985 foi “o ano em que tudo mudou”. Por três razões: em primeiro lugar, a Arábia Saudita provoca um contra-choque petrolífero, ao fazer baixar o preço do barril de crude, contrariando a alta dos preços verificada em 1973 e 1979, com fortes impactos diversificados em exportadores e importadores; em segundo lugar, os acordos celebrados esse ano no Hotel Plaza de Nova Iorque levam à revalorização do yen face ao dólar, com vista ao reequilíbrio das balanças comerciais, mas tendo por efeito permitir ao Japão exportar em abundância os seus capitais; por último, Mikhail Gorbatchev chega ao topo da hierarquia soviética enquanto Secretário Geral do PCUS, dando início ao conhecido processo de *perestroika*, na expectativa de que, ao desbloquear a rigidez do sistema político, fosse possível recuperar a fossilizada e decadente economia da URSS. Esta sugestão de Félix Ribeiro não só referencia uma data significativa, com acontecimentos de relevo mundial, como tem a vantagem de mostrar que o processo de globalização – pois disso se trata – é feito do cruzamento de variadas dimensões, umas energéticas, outras económicas, outras financeiras, outras estritamente políticas. Isto é tão importante que mais á frente retomaremos a mesma ideia.

1989

Seria impossível inventariar factos relevantes da globalização sem referir este ano de 1989, data mítica entre todas do final do século: a da queda do muro de Berlim. Tratou-se do início de um processo verdadeiramente sísmico no sistema internacional,

como se ocorresse uma deslocação de placas tectónicas, com o colapso dos regimes socialistas na Europa central e do leste. É certo que já uns anos antes, em 1981, um primeiro país do “socialismo real” tinha traído a ortodoxia: o golpe de Estado do General Jaruselski, na Polónia, mostrou que a liderança sociopolítica deixava de estar no partido de vanguarda da classe operária, passando para as mãos do exército. Com grande probabilidade, a eleição de um Papa polaco em 1978 terá ajudado a minar os alicerces do regime. Mas entre 1989 e 1991 desmorona-se o império soviético. Tal colapso é relevante para o nosso tema, porquanto ele significa nada menos do que isto: uma gigantesca massa humana, habitando um vastíssimo território da Eurásia, abandona a economia planificada e burocraticamente administrada para ingressar na esfera da economia de mercado. Uma vez que a globalização é marcadamente um processo referenciado à economia capitalista, a queda do campo socialista significa uma imprevista ampliação do campo capitalista.

O alargamento desse espaço económico dominado pela lógica da acumulação do capital já tinha tido um significativo episódio, uns anos antes, com a evolução da economia chinesa. A propósito da transição de Hong Kong, Den Xiaoping anuncia, em 1984, que a China será doravante regida por um novo princípio: “um país, dois sistemas”. Ensaia-se assim uma transição da maior importância para a situação mundial, com o país mais populoso do mundo a abrir-se à mesma economia de mercado. A globalização que era inicialmente um processo respeitante no essencial à célebre tríade – América do Norte, Europa Ocidental e Japão – vê deste modo ampliado o seu espaço geopolítico e geoeconómico, abrangendo as áreas do já referido campo socialista, mas também da generalidade dos países do anteriormente designado Terceiro Mundo, nos quais também se intensificava ou mesmo ultimava a inserção na lógica do mercado mundial. Aquele sistema capitalista que Fernand Braudel estudou, designando-o como uma “economia-mundo”, primeiro mercantil e depois industrial, delimitada de início ao espaço europeu, distinta da “economia mundial”, parece agora ter alastrado de tal modo que os conceitos coincidem: a economia-mundo capitalista tende a identificar-se com a economia mundial. Sem a compreensão desta realidade dificilmente se entenderá a globalização contemporânea.

1992

Já acima fiz alusão à Conferência de Estocolmo de 1972 que representou uma espécie de “oficialização” do problema ecológico, colocando-o no centro da agenda internacional. Duas décadas mais tarde, neste ano de 1992 – o mesmo ano em que se comemorava o quinto centenário da chegada de Cristóvão Colombo às Américas – tem lugar no Rio de Janeiro a “Cimeira da Terra”. Formalmente foi uma Assembleia Especial das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, e para ela convergiram, não apenas os representantes de todos os Estados-membros, como ainda grande número de outras instituições, com relevo para empresas e centenas e centenas de organizações não-governamentais, o que alterou profundamente a própria natureza da Cimeira. Os temas dominantes foram as mudanças climáticas, a desertificação e a biodiversidade, para além dos aspectos mais correntes da poluição e da contaminação. E desta Eco-92 saiu a Agenda 21 que é todo um programa para o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade.

Certamente que os participantes desta Cimeira da Terra tinham presente o acidente na central nuclear de Tchernobyl, na Ucrânia, em 1986. Talvez mais do que qualquer outro acontecimento, este desastre, não só veio pôr em causa a utilização da energia nuclear mesmo para fins civis, como suscitou o sentimento agudo de vulnerabilidade. Quando as partículas radioactivas foram detectadas a muitos milhares de quilómetros, ficou claro que o problema não era de escala local. Quando há a noção de que o equilíbrio do ecossistema está ameaçado, compreende-se até que ponto o vínculo da humanidade à natureza física é crucial e como a própria sobrevivência da espécie pode estar comprometida. Quando isso acontece, a humanidade é capaz de se pensar como um todo, quanto mais não seja porque reconhece que se pode auto-liquidar.

Com a questão ecológica, agudiza-se a percepção de interdependência, a noção de que as fronteiras se esbateram, quase se dissiparam, porque fenómenos como os agora evocados não têm contemplanções pelas partilhas territoriais feitas pela história. E aqui de novo encontramos o tema já aflorado da “sociedade de risco”, como se a globalização incluísse necessariamente a vertente dramática do perigo de colapso global por iniciativa humana.

2001

Para o assunto que nos ocupa, o ano de 2001 tem duas ocorrências carregadas de simbolismo: a adesão da China à OMC e o Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

O primeiro facto foi de uma invulgar importância, abrindo definitivamente as portas da China às grandes correntes do comércio mundial. Significou uma forte pressão sobre as empresas chinesas com vista a corresponderem às exigências de competitividade e aos padrões de preferência dos consumidores de todas as latitudes, o que se traduziu num forte incentivo às reformas no sistema produtivo do país e numa acrescida atractividade ao investimento estrangeiro. Em simultâneo, provocou ondas de choque em muitas outras economias, subitamente sujeitas à concorrência dos produtos chineses. A China colocou-se assim na posição de grande exportador de manufacturas, gerando fortes excedentes comerciais, ao mesmo tempo que a Rússia afirmava o seu papel de potência energética, o Brasil se consolidava como grande exportador de produtos agrícolas e a Índia assumia a função de especialista nas áreas informáticas. A estas significativas mudanças na paisagem económica e comercial dos vários continentes, acrescentava-se o crescente peso de países até há pouco catalogados como subdesenvolvidos: na Ásia, o Vietname, as Filipinas, a Tailândia e a Indonésia, no Médio Oriente a Arábia Saudita e o Irão, em África a Nigéria e a África do Sul, nas Américas o México e a Venezuela, na Europa a Turquia. Já tínhamos assistido ao fim do confronto Leste-Oeste com o derrube da “cortina de ferro”, assistimos agora também ao declínio da oposição Norte-Sul, tornando quase obsoleta a expressão “Terceiro Mundo”. As mutações na geopolítica mundial vieram a par de pesadas transições na geoeconomia global.

No mesmo ano de 2001, a cidade brasileira de Porto Alegre acolhe o primeiro Fórum Social Mundial, magna assembleia representativa de activos movimentos sociais vindos dos quatro cantos do mundo e de um grande número de organizações não-governamentais, numa espécie de réplica ao Fórum Económico Mundial de Davos. O próprio evento em si, pela amplitude cosmopolita da participação, já apontava para algo de dimensão global, além de que os milhares de intervenientes tinham em comum uma causa: a contestação da globalização tal como existia. Razões não faltariam para esta postura: o processo globalizador parecia fazer regressar os tempos

do capitalismo selvagem, desregulado, ao sabor dos interesses do grande capital, escapando mesmo ao controlo dos centros de decisão política. A ideologia neo-liberal facilitou a expansão desta “desordem” económica, tanto mais quanto a globalização era produtora de “exclusão” (outro termo que aparece em força no vocabulário da análise social acerca das realidades contemporâneas) – era uma globalização distorcida, provocadora de desigualdades, logo injusta, “predadora” (como a designou o eminente jurista norte-americano Richard Falk). Daí a caracterização corrente deste movimento como de anti-globalização (na versão francesa *anti-mondialisation*). Mais tarde, numa significativa inflexão, o próprio movimento passa a denominar-se “alter-globalização”, aparentemente dando a globalização como inelutável e irreversível – porventura positiva – e, mais do que combatê-la, urgia reformá-la, promovendo uma globalização alternativa.

O Fórum de Porto Alegre, ao qual muitos outros se seguiriam a um ritmo quase anual em cidades tão diferentes como Dakar, Nairobi ou Mumbai, não foi a primeira manifestação das correntes anti-globalização. Uma das antigas bandeiras destes movimentos era a aplicação da célebre taxa Tobin, uma espécie de imposto mundial sobre as transações financeiras a favor das comunidades mais desfavorecidas e em sintonia com essa reivindicação é criada em França, em 1998, a ATTAC (*Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne*), cuja acção se multiplica e difunde por outros países. A força destes movimentos contestatários anti-globalização manifestou-se com particular veemência em Seattle, em 1999, por ocasião de uma assembleia da Organização Mundial do Comércio, onde dezenas de milhares de activistas protestaram nas ruas contra as políticas da OMC, contra as multinacionais, contra a globalização, ao ponto de conseguirem bloquear as decisões da reunião, um pouco como tempo antes se tinha conseguido bloquear a aprovação do AMI – Acordo Multilateral para o Investimento – uma convenção elaborada no âmbito da OCDE com vista a favorecer o investimento internacional.

Esta breve recapitulação de acontecimentos em torno do Fórum Social Mundial de Porto Alegre permite concluir que há uma dimensão global na crítica e na contestação à globalização. Sem que provavelmente exista o que alguns designam como “espaço público mundial”, a verdade é que há uma vasta mobilização na busca de alternativas

ao sistema dominante desregulado, como se a globalização produzisse os anticorpos que a combatem.

2011

Porventura mais do que qualquer outra, a escolha desta data terá algo de arbitrário. O tema que agora será abordado pode referenciar-se a tantos acontecimentos que se torna difícil seleccionar marcos cronológicos que se destaquem de muitos outros. Foi neste ano de 2011 que a revista científica anglo-americana designada PLOS ONE (sendo PLOS o acrónimo de *Public Library of Science*), uma revista de livre acesso a textos de investigação fundamental, publicou um estudo de três investigadores suíços, S. Vitali, J.B. Glattfelder e S. Battiston, intitulado *The network of global corporate control* (26 de Outubro de 2011). Utilizando uma metodologia inovadora assente em dados primários e em modelos sofisticados, do estudo se retiram conclusões acerca da natureza das empresas multinacionais, particularmente no que respeita à sua estrutura em rede (exemplificando com o caso da Benetton), à sua articulação à escala global e à sua concentração verdadeiramente dominadora, formando aquilo que já Robert Reich havia designado como “teia global” (aqui temos uma nova metáfora da globalização). Mais ainda, o estudo mostra como é restrito o número de instituições financeiras que controlam a economia globalizada: apenas dezoito instituições, entre bancos e companhias de seguros.

Este domínio é o de uma vertente fundamental da globalização, uma vertente onde se cruzam elementos da estrutura macroeconómica mundial com as mudanças operadas na estrutura empresarial. De um lado há a financiarização e a imaterialização da economia, como se o capital se autonomizasse do processo produtivo de bens e serviços para constituir uma nuvem ou uma nebulosa pairando sobre a economia real. Do outro há alterações profundas na gestão das empresas, na organização do trabalho, naquele longo percurso que vai do design ao marketing, da concepção à comercialização. A globalização propicia a emergência de um novo tipo de empresas e estas, por sua vez, são os pilares onde assenta a arquitectura da globalização. Poderia mesmo perguntar-se, com o italiano Riccardo Petrella, se não estaremos a caminhar em direcção à “empresa global”, ou mesmo à situação “hanseática”, evocadora daquela realidade de há mil anos atrás, em torno do Mar Báltico, onde, na ausência de

uma autoridade política unificadora, a região era dirigida pelas cidades e pelas ligas de mercadores. Eis um tema que se articula com o debate sempre em aberto acerca da erosão dos poderes do Estado, em favor da hegemonia dos centros de decisão económica.

Seja como for, parece claro que se assistiu a uma alteração da configuração empresarial, num ambiente de forte imprevisibilidade, de tal maneira que os produtos são de curta duração, é fraca a intensidade capitalística, sobressai a preocupação por padrões ambientais, entra em declínio o modelo taylorista na organização do trabalho e o processo produtivo se torna descentralizado, valorizando a inovação e a aprendizagem.

As múltiplas dimensões

O inventário factual em sequência cronológica dos marcos que assinalam a progressão desse fenómeno a que chamamos globalização permitiu a revelação gradual das multiformes dimensões de tal processo. Por entre o emaranhado de acontecimentos, certamente terá ficado explícito o fio condutor das características identificadoras dessa realidade compósita. É agora a altura de recuperarmos, em forma de síntese, o enunciado das mesmas dimensões.

Vista a globalização como um processo recente, situa-se o seu início a partir dos finais da década de 1970, ao sabor de uma verdadeira revolução sócio-tecnológica, coincidente com a transição para a sociedade informacional e a redução drástica dos tempos e dos custos dos transportes e das telecomunicações, com incremento da mobilidade tanto de pessoas – migrações globais, turismo – como de capitais e de mensagens culturais. Tal transição operou-se no quadro da passagem para o predomínio das políticas de cariz neo-liberal, logo seguida de mudanças de excepcional envergadura no panorama geopolítico mundial, designadamente com o desmoronar do campo socialista: o fim da URSS, a passagem dos seus "satélites" do Leste Europeu para a esfera de influência "ocidental", bem como a evolução chinesa em direcção à economia de mercado. Em simultâneo, vastas áreas marcadas pelas economias pré-capitalistas ficaram mais e mais absorvidas pela lógica do mercado mundial. Este súbito alargamento do campo capitalista coincidiu com o incremento exponencial dos

fluxos financeiros à escala global, dadas as facilidades concedidas aos movimentos de capitais, do mesmo modo que se incentivava a liberdade de comércio, designadamente por influência da OMC. Para além da importância das questões energéticas, alterou-se significativamente o perfil das empresas, com a intensificação dos processos de multinacionalização e a mundialização dos mercados. Sendo contestada pelos seus aspectos de desregulação e pelo facto de ser produtora de exclusão em larga escala, a globalização suscitou o activismo combativo de movimentos anti-sistémicos, anti-mundialistas e depois alter-mundialistas.

Estas mudanças eram acompanhadas de novas percepções: a humanidade susceptível de se pensar a si própria como um todo, ameaçada por pandemias e alterações climáticas. Novas percepções relativas ao espaço – doravante encurtado – e ao tempo – doravante acelerado. E nos termos do General Cabral Couto, a geopolítica dos territórios quase é substituída pela geopolítica dos fluxos.

A diversidade de dimensões do processo globalizador quase esconde as suas contradições e ambiguidades. Os movimentos sísmicos desta escala são também sempre traumáticos. E no máximo de paradoxo, a globalização opõe-se a si própria ou segrega a sua própria negação. Numa bela introdução a um escrito sobre este tema, o especialista norte-americano James Rosenau evoca o contraste de duas fotografias tornadas possíveis pelas maravilhosas técnicas que estão à nossa disposição: uma fotografia do planeta Terra, tirada do espaço, onde podemos ver a nossa morada como uma nave espacial esférica e azul; outra fotografia de um feto quase pronto a nascer no útero da sua mãe. São as duas vertentes do nosso tempo: o global e o individual, Globalização e individualização coexistem. Aliás, o já citado Manuel Castells aproxima-se desta ideia ao referir que os nossos contemporâneos estão atraídos por dois pólos opostos, o *self* e a *net*, o “si mesmo” e a “rede”, de algum modo, a solidão e a conectividade. Tal é a grandeza e o dramatismo das nossas existências.

Lisboa, Fevereiro de 2017